

Divisões e incertezas marcam o início da votação

Apesar da maioria que obteve para apresentar suas emendas, o Centrão está preocupado com os riscos de derrota no plenário, diante do esquema de ação preparado pelos progressistas. Esse esquema prevê destaques para a votação em separado de cerca de 100 dispositivos, concentrados, principalmente, nos títulos da ordem econômica, direitos e garantias individuais, direitos sociais e disposições transitórias.

Além do conflito com os progressistas, o "Centrão" também enfrenta divisões internas, agravadas ontem diante de manifestações do líder do PFL, José Lourenço, e do peemedebista Roberto Cardoso Alves, condicionando a votação preferencial do mandato do presidente Sarney à destinação de cargos federais a representantes do grupo.

O plenário da Constituinte inicia, às 14h00 de hoje, a votação das propostas da futura Constituição do País, num ambiente marcado por alguns fatores adversos: o aprofundamento da divisão entre progressistas e conser-

vadores, a perplexidade quanto às dificuldades regimentais e a incerteza a respeito da data de conclusão dos trabalhos. As propostas básicas são o texto do relator Bernardo Cabral, considerado mais avançado, e as emendas substitutivas do Centrão, que representam o pensamento conservador da Assembléia e que terão preferência, por estarem inscritas pela maioria dos Constituintes.

Em reunião realizada ontem entre o Presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, e os líderes partidários, ficou acertado que na fase inicial de votação não haverá sessões aos sábados e domingos. Na ocasião não foi tratada a questão da inversão da pauta, para a votação preferencial do mandato do Presidente e do sistema de Governo, idéia abandonada pelo Palácio do Planalto. Ulysses previu que a nova Constituição será promulgada dentro de oito semanas, mas os líderes partidários prevêem até três meses para a conclusão dos trabalhos.



Na reunião com os líderes, Ulysses comunicou que vai prorrogar as sessões sempre que as votações estiverem atrasadas

Grupo garante 291 presenças

O Centrão garante que vai contar com 291 parlamentares hoje em Brasília para o início das votações em plenário. A estratégia, segundo o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), terá como base dois elementos: "paciência e votos". Ontem, o grupo se reuniu para montar uma estrutura com finalidade de enfrentar as demais correntes. Dividindo-se em comissões, o Centrão vai procurar limitar a tarefa básica de coordenação em pouco mais de cem parlamentares.

"O Centrão hoje não tem 300, tem 110 constituintes", afirmou o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), para ilustrar a convicção de que fica impossível concentrar a coordenação em número muito grande de deputados, o que levaria o Centrão, segundo ele, a ficar em desvantagem em relação a partidos com número de integrantes "insignificante", onde essa tarefa de coordenação se torna mais fácil. De agora em diante, o Centrão monta uma estrutura básica de negociações e orientações, que depois serão "trabalhadas" no restante do grupo através de 300 coordenadores.

O objetivo é, basicamente, dividir tarefas para evitar "superposição das atividades", segundo explicou Fiúza.

O grupo criou ontem um núcleo, dividido em comissões, para atuar durante todo o período de votações em plenário. A primeira é a comissão temática, integrada por Eraldo Tinoco (PFL-BA), José Lins (PFL-CE), Paes Landin (PFL-PI), Max Rosenmann (PMDB-PR), Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), José Geraldo (PMDB-MG) e Roberto Augusto (PTB-RJ). Esse núcleo trabalha na definição dos destaques a serem feitos, análise de emendas tanto do Centrão como dos demais grupos e seleção das "preferências", para apoio, e das "perigosas", para rejeição.

A segunda comissão é a de regimento, integrada por Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Gastone

Righi (PTB-SP) e o líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), basicamente para organizar a tática do grupo com base no regimento. O Centrão manterá lideranças de plantão em plenário, sempre em duplas de revezamento: Ricardo Fiúza e o senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), Gastone Righi e Afif Domingos (PL-SP), José Lourenço e Roberto Jefferson (PTB-RJ), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Ricardo Izar (PFL-SP), Amaral Netto (PDS-RJ) e Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e mais uma dupla de reserva, constituída de Siqueira Campos (PDC-GO) e Carlos Virgílio (PDS-CE).

Estratégia
As comissões temática e de regimento vão se reunir constantemente com os líderes plantonistas para combinar as estratégias em plenário, que serão repassadas aos 30 coordenadores de plenário, cada um tendo a seu encargo a orientação de cerca de 10 constituintes, segundo Ricardo Fiúza. O Centrão decidiu estabelecer também que só negociará em nome do grupo os líderes Carlos Sant'Anna, Siqueira Campos, Amaral Netto, Afif Domingos, José Lourenço e Gastone Righi, que no entanto não estarão livres para "fechar acordos" sem antes consultar o restante do Centrão. Haverá ainda duas outras comissões: a de infraestrutura básica, para garantir os recursos materiais e físicos para o trabalho, e a de mobilização, esta última encabeçada por Dasso Coimbra.

O deputado Ricardo Fiúza afirma que "não há possibilidade" de o Centrão ser derrotado nessa fase da Constituinte. Ele prevê a promulgação da nova Carta para o dia 21 de abril. Até ontem, às 15h00, segundo Dasso Coimbra, já haviam chegado a Brasília 170 constituintes do grupo e até à noite iriam chegar mais 77. Hoje estarão, segundo ainda o balanço de Dasso, chegando mais 44, o que totaliza 291 constituintes.

DVS, esperança da esquerda

O destaque para votação em separado (DVS) — artifício regimental no qual se tira uma parte do texto para ser apreciado à parte — será a arma principal dos progressistas para enfrentar, a partir de hoje, os substitutos do "Centrão". Se confirmadas as previsões, as propostas centristas serão aprovadas pela maioria absoluta dos constituintes, tomando assim o lugar do projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização. Esse artifício regimental está preparado para funcionar em cerca de 100 destaques.

Utilizando-se desse recurso, os progressistas concentraram seu poder de fogo nos títulos da Ordem Econômica, Direitos e Garantias Individuais, Direitos Sociais e Disposições Transitórias, justamente aqueles que o "Centrão" mais modificou em relação ao projeto aprovado na Comissão de Sistematização. Essa estratégia vai obrigar o "Centrão" a permanecer constantemente em Brasília, segundo o deputado

Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), pois o grupo terá que assegurar maioria absoluta em todas as votações para não ter o seu substitutivo modificado.

Os destaques em separado preparados pelos progressistas — todos com mais de 187 assinaturas — constituem-se em minucioso trabalho de estudos dos textos do "Centrão". Cada um desses destaques foi feito detalhadamente, para retirar expressões e palavras de um dispositivo, dando-lhe uma interpretação exatamente contrária. Em relação à estabilidade, por exemplo, o PT preparou um destaque em separado tirando palavras do artigo que, se for aprovado, ampliará os direitos dos trabalhadores, efeito contrário às idéias do "Centrão".

Esse artifício regimental é uma arma poderosa, porque o dispositivo destacado é votado fora de todo o substitutivo aprovado. Assim, para tê-lo de volta, o "Centrão" terá que garantir nova maioria no plenário.

Freire nega confronto

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), vai apresentar três destaques em separado em nome do seu partido no plenário, mas não quer usar essa tática como confronto com as forças conservadoras da Constituinte. "É melhor discutir alternativas do que o confronto", afirma Freire, que vê nos destaques de emendas comuns uma forma de negociação.

Em muitos casos, segundo Freire, haverá diversos destaques para um mesmo artigo, ou parágrafo do texto e é em torno dessas emendas que as diversas tendências poderão chegar a um acordo em torno de questões polêmicas.

O líder do PCB lembra que o Centrão tem suas divergências internas. Muitos de seus integrantes não concordam com a maioria das teses do grupo, como na questão dos direitos sociais e individuais, por exemplo. Assim, de acordo com ele,



Roberto Freire (PCB-PE) será possível atrair alguns parlamentares para definições menos conservadoras desses dispositivos constitucionais. O PCB só vai apresentar destaque em separado para suprimir o artigo do texto do Centrão que proíbe greve dos servidores públicos, e mais dois outros dispositivos relativos à reforma agrária e à reforma urbana.

Assessor diz que Planalto só observará

O Palácio do Planalto não montou nenhum esquema especial para acompanhamento da votação do projeto de Constituição, que terá início hoje, segundo informou ontem o assessor parlamentar do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves. "Estarei acompanhando normalmente a votação, mas não há nada especial", disse. Ele acrescentou que todos os destaques de interesse do Planalto foram encaminhados através das lideranças e "agora é esperar pela votação".

O Presidente José Sarney há dias perdeu o interesse pela inversão da pauta de votação na Constituinte, segundo apurou o JBr. A proposta de inversão chegou a ter a simpatia de Sarney, que via nela uma forma de apressar a votação do mandato e do sistema de governo. Mas, originalmente, a idéia da inversão da pauta é atribuída ao Palácio do Planalto a dirigentes do PMDB, como o senador José Richa (PMDB-PR) e o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique

Embora tenha estimulado a proposta, inicialmente, hoje, o raciocínio no Palácio do Planalto é de que a inversão da pauta, nesse momento, talvez tivesse o efeito de desgastar ainda mais a imagem do Governo do que apressar a votação do mandato, caso fosse apoiada abertamente por Sarney.

O Presidente prefere ver os trabalhos fluírem normalmente e contabiliza como votos seguros as 317 assinaturas dadas à proposta do mandato de cinco anos, de autoria do deputado Matheus Lensen (PMDB-PR). Nesse sentido, seus principais assessores foram instruídos a abandonar o argumento em favor da prioridade para votação do mandato e sistema de governo, que se baseava na "preocupação com os problemas que essa demora gera na economia, principalmente a paralisia dos investimentos".

Combate a destaque é voto simultâneo

Para contrapor à tática armada pelos progressistas de apresentar um número exagerado de destaques para votação em separado (cerca de 100), o Centrão vai requerer votação simultânea dos destaques em plenário. O grupo — conforme apurou o JBr — acha que esta é a única forma de evitar a desunião dos centristas, como pretendem seus opositores.

Depois de esgotadas todas as possibilidades regimentais, para ver aprovadas suas emendas coletivas de todos os títulos do projeto constitucional, o Centrão poderá aceitar o diálogo para entendimento. Para isso, vai impor uma condição importante: que seus pontos de vistas fundamentais não sejam feridos.

O Centrão não abre mão de forma alguma de pontos como, a liberdade sindical, maior privatização na economia e mais liberdade para o ensino. No capítulo do Poder Legislativo, o Centrão se opõe com veemência ao dispositivo do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização — o Cabral III — que trata das atribuições da Câmara e Senado ao votar projetos de lei. O texto de Cabral reduz para um quinto da maioria de deputados ou senadores, o quorum para que seja votada qualquer matéria legislativa.

As vésperas da votação em plenário, o Centrão não esconde sua preocupação quanto ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Entendem que Ulysses só tem duas alternativas. Ou aplica as normas regimentais de forma rígida para que os trabalhos sejam apressados e a Constituinte tenha rendimento, ou então assume uma posição política, no sentido de incentivar o desenvolvimento dos trabalhos através de entendimentos e acordos. Ulysses, segundo detectaram os centristas, estaria mais propenso a escolher a segunda alternativa. Se confirmada essa hipótese, o Centrão teme que seja criado um ambiente incontrolável em plenário.

Acordo entre Ulysses e líderes evita sessão no fim de semana

A Constituinte inicia hoje, às 14h00, através da apreciação do Preâmbulo e do Título I, relativo aos Princípios Fundamentais, o processo de votação do futuro texto constitucional do País. Durante todo o primeiro turno de votação, as emendas substitutivas do Centrão terão preferência sobre as demais e do projeto da Comissão de Sistematização por terem sido inscritas por mais de 280 constituintes, como prevê o Regimento Interno da Casa.

Na reunião de ontem entre o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e os líderes partidários, para acertar os detalhes da votação em plenário, ficou decidido que por enquanto não haverá sessões aos sábados e domingos, mas somente de segunda à sexta-feira, das 14h00 às 18h00, como desejava o Centrão. As votações poderão, no entanto, ser prorrogadas sempre que for necessário.

Após encontrar-se com as

lideranças, Ulysses previu que a nova Constituição deverá estar promulgada em aproximadamente oito semanas. "Podemos ter a Constituição daqui a um mês e meio ou dois meses", estimou o deputado. Ao contrário do presidente da Constituinte, a maior parte dos líderes partidários calcula que as votações em plenário deverão se alongar pelos menos por três meses.

Ulysses Guimarães assegurou também que vai prorrogar as sessões da Constituinte sempre que a votação de um determinado capítulo estiver atrasada. "A prorrogação é um instrumento que eu como presidente da Constituinte posso fazer sem consultar o plenário", esclareceu.

Ele informou também que durante a reunião com os líderes partidários não foi tratada a questão da inversão da pauta a fim de que o mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo fossem definidos logo no início

das votações em plenário. "O Regimento não só estabelece a ordem crescente nas votações como proíbe a preferência de uma matéria estranha ao capítulo que está sendo votado", explicou Ulysses.

Já o primeiro vice-presidente da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE) informou, ao sair da reunião, que uma das maiores preocupações dos líderes partidários era o de assegurar as normas do constituinte durante o encaminhamento das votações. Ficou decidido então que para cada proposição a ser apreciada será mantido o que estabelece o regimento, ou seja, no encaminhamento de votação de matéria destacada, poderão falar, por cinco minutos, cinco constituintes: dois a favor, com preferência para o autor de destaque, dois contra, e o relator Bernardo Cabral.

Exigência de favores já ameaça dividir Centrão

A idéia dos deputados José Lourenço e Roberto Cardoso Alves para que o apoio aos cinco anos de mandato do presidente Sarney fique condicionado a obtenção de cargos e favores para o Centrão, começou a causar polêmica na facção. "Isso me parece conversa de prostíbulo. As meninas do manguê também dizem que é dando que se recebe", disse irritado o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), ele próprio intermediário na concessão de um canal de rádio FM para seu amigo Ismael Teixeira de Abreu, em Paraíba do Sul.

Também aborrecido com as declarações dos dois exponents do Centrão, o deputado Afif Domingos (PFL-SP) advertiu ontem, que a vinculação do Centrão a favores do governo pode significar o fim da facção. "Essa tentativa de colocar o Centrão submetido aos interesses do Governo pode rachar o grupo. O Centrão não pode ser confundido", disse ele, diante de 12 integrantes do grupo, inclusive o líder do Governo, Carlos Sant'Anna. Todos se mantiveram em silêncio.

Covas entrega requerimento de convocação

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, entregou ontem ao presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, um requerimento de convocação do Diretório Nacional do partido para o próximo dia 3 de fevereiro, com 41 assinaturas um terço de diretório, número necessário para a convocação automática de reunião do órgão partidário.

A idéia de se convocar o diretório surgiu de reunião dos chamados históricos do partido, realizada no início de janeiro.